

Sociedade civil deve se unir contra extrema direita

Avanço da extrema direita e criminalização burocrática exigem movimento articulado do terceiro setor

3.jul.2024 às 8h00

LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES

Advogada, sócia da SBSA Advogados e presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB de São Paulo

PAULA RACCANELLO STORTO

Advogada e sócia da SBSA Advogados

A forma como chegaremos ao fim de 2024 atestará a saúde de nossa [democracia](#). Mais da metade da população mundial já está passando ou passará pelas urnas nos próximos meses.

O resultado destas eleições revelará mais do que a escolha de líderes políticos —trará, acima de tudo, a mensagem do que queremos para o futuro e qual caminho adotaremos em temas como [mudanças climáticas](#), espaço cívico, imigração e justiça social.

Alguns primeiros resultados já dão o tom. Nas últimas semanas, milhões de eleitores da [União Europeia](#) votaram para escolher o novo Parlamento do bloco. Apesar de [partidos de centro-direita se manterem à frente](#), [a extrema direita avançou](#), deixando temerosos os governos de vários países.



Desmonte do Fundo Amazônia e perseguição a organizações com ações socioambientais na região ameaçam bioma - Folhapress

Mais do que nunca, precisamos e devemos estar alertas.

É emblemático que, ao mesmo tempo em que a democracia é testada nas urnas, entidades lideradas pela sociedade civil estejam passando por ataques sistemáticos. A criminalização burocrática tem oferecido riscos à atuação das [OSCs](#) (Organizações da Sociedade Civil), que desempenham papel fundamental para a promoção do interesse coletivo.

É possível notar um aumento progressivo de demandas e requisitos que afetam ou dificultam as atividades autônomas das OSCs em suas colaborações com governos.

A [recente publicação](#) da Plataforma MROSC, "Criminalização burocrática das organizações da sociedade civil", explora implicações desse fenômeno e a necessidade de proteger o espaço cívico.

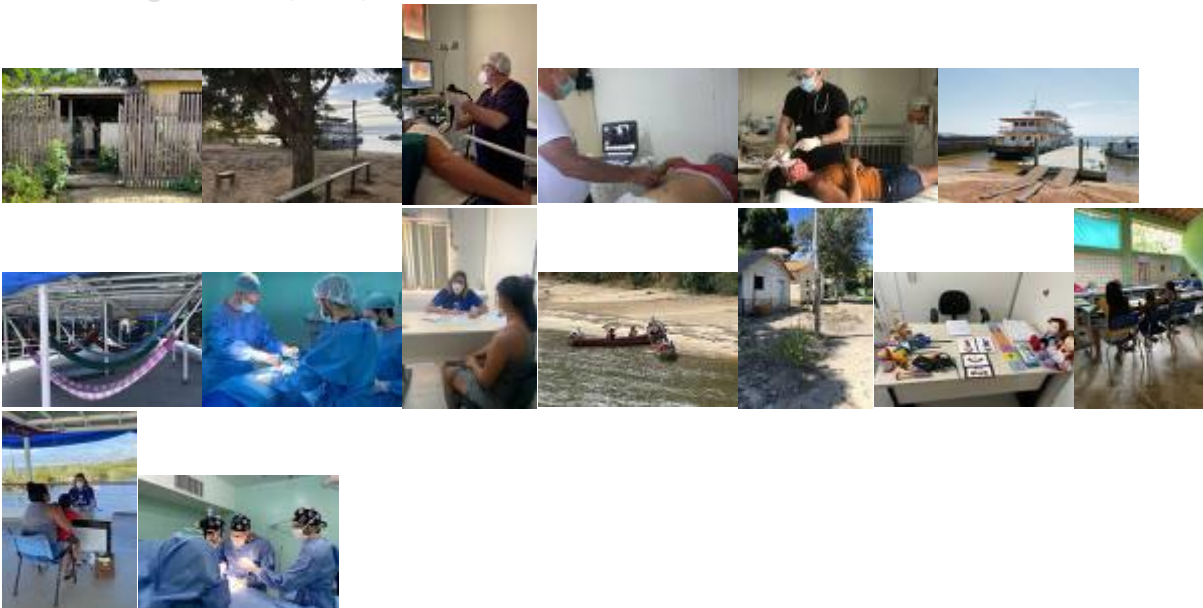
O relatório foi resultado de pesquisa extensa divulgada ao final da CPI das ONGs, instaurada no Senado com o objetivo de investigar a atuação das organizações na [Amazônia](#). A CPI naufragou, mas deixou clara a tentativa orquestrada de gerar constrangimento e questionar ações socioambientais das entidades na região.



Dona Marina passou por tratamento de varizes em agosto de 2021, no Hospital Municipal de Belterra (PA). [Solange Macedo/SM2/](#)



Barco Abaré atracado na Vila Amorim, uma das comunidades ribeirinhas do rio Tapajós, no Pará. Solange Macedo/SM2/



O trabalho da Plataforma MROSC traz 25 casos, como o desmonte do [Fundo Amazônia](#), os [ataques à Lei Rouanet](#) e o emaranhado burocrático que envolve a concessão de imunidades, títulos e certificados a OSC. Isso reforça a sistematização da criminalização burocrática como prática de sabotagem das organizações.

Para governos autoritários e líderes populistas da extrema direita, essa prática tem sido ferramenta eficaz para consolidar o poder e controlar a narrativa pública. Trata-se de uma maneira de restringir atividades legítimas e silenciar vozes dissidentes.

No Brasil, a situação é especialmente delicada. Com suas vastas [reservas naturais](#) e sua biodiversidade, o país está na linha de frente da batalha ambiental. No entanto, políticas recentes têm mostrado uma tendência preocupante de desregulamentação e [perseguição a ativistas](#).



Indígena à frente de imagem com desenho de Dom Phillips e Bruno Pereira. Reuters/Ueslei Marcelino - 15.jun.22



Remanescentes mortais encontrados na Amazônia, que podem ser do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, chegam a Brasília para perícia. Folhapress/Gabriela Biló - 16.jun.2022



A Amazônia, vital para o equilíbrio climático global, [está sob ameaça](#) constante devido a interesses econômicos de curto prazo promovidos por uma agenda de extrema direita.

É preciso debater para não esquecer o que houve no passado. [Organizações não governamentais](#), movimentos sociais e comunidade científica devem se unir para combater a desinformação e pressionar Estados por políticas ambientais robustas.

Mais do que nunca, precisam atuar com sólida conformidade legal, antídoto para a criminalização burocrática. A legalidade garante [transparência](#) e confiança pública, prevenindo abusos políticos e assegurando o espaço das ações de relevância pública e social.

Somente com a vigilância e o compromisso da sociedade civil global será possível avançarmos em direção a um futuro mais justo, seguro e [sustentável](#) para todos.

A crescente criminalização burocrática e a ascensão da extrema direita são desafios imensos, mas com empenho e união podemos reafirmar nosso compromisso com a democracia, garantindo que ninguém seja deixado para trás.